

Petróleo e Gás Natural

Eng. Hermínio Duarte-Ramos

É paradigmático que as crises energéticas de petróleo começam com uma guerra. A história já nos ensinou isso: em 1972 foi a guerra de Kypur e em 1979 a do Irão. Não espanta, pois, que a «guerra do Golfo Pérsico», levantada pelo Iraque, origine mais uma crise económica no mundo. Esta lição, registável nos compêndios elementares para tecnólogos, pode ser acompanhada de muitas outras.

No passado aprendeu-se que uma maneira eficaz de fazer frente às carências de petróleo consiste em executar duas políticas concomitantes: conservação energética, poupando nos desperdícios inúteis; e substituição do petróleo, principalmente por energias renováveis. Foi o que ocorreu nos países industrializados, desde os E. U. A. aos nossos parceiros europeus nesta comunidade prometida. Em Portugal, porém, os governantes tiveram outras preocupações.

Não obstante a evidência e insistentes recomendações da Comunidade Europeia, a implementação efectiva de sistemas de conservação energética, a nível nacional, ficou-se pela nulidade, em termos globais. Mostrou-se que se é capaz de poupar a muita energia desperdiçada diariamente, mas muito pouco se concretizou. A guerra do Iraque justifica que se volte a afirmar que a conserva-

ção energética ainda mal chegou a Portugal.

A substituição do petróleo (energia esgotável) praticamente apenas se tentou pelo carvão (outra energia não renovável). Recentemente anunciaram-se intensas movimentações quanto a centrais mini-hídricas e fortes investimentos na rede de gás natural, mas se a EDP não estivesse a implantar no Alto Lindoso a maior hidroeléctrica nacional, no curto prazo tudo se resumiria a relevantes ideias e boas intenções (como é costume), já que as dúvidas do carvão no Pego (em Abrantes) são cada vez mais suspeitosas. Mas eis que de novo um presumível choque de petróleo nos vem recordar a elevadíssima dependência que a nossa economia tem do petróleo.

Será mesmo necessário que nos apertem os calos para mudarmos de sapatos, a fim de andarmos em frente? Porque razão não se planeiam e executam acções eficazes de correcção das anomalias detectadas, muitas vezes por demais conhecidas? Somos assim. Mas aprendemos com facilidade (daí o êxito da tradicional filosofia dos «desen-

rascansos» bem sucedidos), pelo que será virtualmente possível assimilarmos medidas de urgência, que nos aliviem dos entraves históricos da falta de energia.

A perspectiva de um terceiro choque petrolífero, com o barril de crude a passar os 40 dólares, reforça a estratégia de substituição do recurso energético por outras fontes potentes. Assim se atenua o descrédito que assaltou a energia nuclear, principalmente depois do desastre de Chernobil — o que não deixa de ser um efeito benigno, já que os inconvenientes potenciais da fissão nuclear continuam os mesmos. Por isso, a inovação mais optimista será a utilização massiva de gás natural.

Há quem garanta que os motores a gasolina dos veículos podem funcionar com gás natural sem modificações e que este combustível até prolonga a vida dos motores de combustão interna, velas de ignição e óleo lubrificante (atingindo-se durações de vida típicas superiores a 800 000 km). A vantagem do gás natural relativamente à gasolina (derivada do petróleo) é

que se trata de um recurso renovável. A questão mais delicada será a armazenagem nos depósitos dos veículos, que apenas permitem 2/3 do alcance proporcionado pela gasolina. Mas, para já, os autocarros (de maior volume) e os taxis (que retornam periodicamente à central de origem), além dos automóveis que em geral se movimentam em percursos curtos, podem adoptar o gás natural como combustível, beneficiando de um preço mais baixo e de um menor custo de manutenção.

Em Portugal planeiam-se acções de introdução da nova fonte energética, para que dentro de cinco anos o seu consumo seja uma realidade, distribuindo-se entre 2 milhões de consumidores domésticos, cerca de 5 mil empresas industriais e 100 mil estabelecimentos comerciais. O Ministro da Indústria, Eng. Mira Amaral, procura assim reduzir a dependência dos produtos petrolíferos para cerca de 40 % do total da energia primária, em vez dos actuais 80 %.

As dificuldades provenientes das ambições de Bagdad devem constituir um incentivo à clarividência: o futuro, mais cedo ou mais tarde, não poderá ser alimentado pelo petróleo. O gás natural que venha depressa. Mas não se esqueçam as valiosas riquezas da conservação, sobretudo para um país pobre em fontes primárias. ■